

São Paulo Turismo S.A.

**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e
2024 acompanhadas do Relatório dos Auditores
Independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Relatório da Administração

Demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas

São Paulo Turismo S.A

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **São Paulo Turismo S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **São Paulo Turismo S.A** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Processo de investigação interna

Conforme nota explicativa nº 29 às demonstrações contábeis, em 26 de fevereiro de 2026, o Ministério Público do Estado de São Paulo, instaurou inquérito civil para investigação e apuração de eventuais irregularidades em contratos de prestação de serviços vigentes com a Companhia fruto de notícias veiculadas pela imprensa. Adicionalmente a Controladoria Geral do Município – CGM e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM também iniciaram processo de apuração. Nesse contexto, a Administração da Companhia declara que vem colaborando com as investigações, entretanto, como o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas ainda esta em fase inicial, não podemos assegurar, até a presente data, a existência ou não de efeitos que possam resultar em alterações significativas nessas demonstrações contábeis, incluindo aspectos relacionados à insuficiência de divulgação nas notas explicativas. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Transações entre partes relacionadas

Chamamos a atenção às notas explicativas nº 6 e 27, que demonstram que as transações com partes relacionadas representam parte significativa das operações de serviços da São Paulo Turismo S.A. Essas operações foram realizadas em condições firmadas entre as partes e, se caso fossem realizadas em condições usuais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela “Concorrência Internacional nº 001/20”, o qual adjudicou a concessão do “Complexo Anhembi” à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 anos. Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e a Interveniente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022. A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$12.783 mil e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária. A assinatura da “Ordem de início” ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária. Os bens vinculados à Concessão são reversíveis à São Paulo Turismo S.A., ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Transações com partes relacionadas

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A Companhia obteve grande parte de suas receitas auferidas de transações entre partes relacionadas, cuja operações tiveram efeito significativo nas demonstrações contábeis da Companhia, podendo acarretar risco quanto à capacidade do auditor em obter evidências de auditoria de que todos os aspectos da transação com parte relacionada são equivalentes aos de transação similar sob condições usuais de mercado. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, contemplaram: (i) entendimento das transações entre partes relacionadas para identificação de operações fora do curso normal dos negócios da Companhia; (ii) análise do reconhecimento, mensuração das transações entre partes relacionadas; e (iii) exame da divulgação das transações entre partes relacionadas em nota explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as informações contábeis de partes relacionadas e seus reflexos nas demonstrações contábeis, bem como suas respectivas divulgações apresentadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Provisão para contingências

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: A Companhia possui diversos processos judiciais e administrativos em andamento, principalmente de natureza cível e trabalhista, cuja Administração, amparada de seus assessores jurídicos internos, classifica probabilidades de perdas entre remota, possível e provável. Esse assunto exige julgamento crítico envolvendo estimativas significativas baseadas em opiniões legais de assessores jurídicos, em relação à probabilidade de êxito e estimativa de perdas relacionadas às discussões judiciais ou riscos. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos procedimentos de auditoria, entre outros, contemplaram: (i) entendimento dos procedimentos adotados pelos assessores jurídicos no controle e avaliação de processos judiciais e administrativos, e da base de julgamento das estimativas de perdas e prognósticos adotados diante das informações disponíveis; (ii) obtenção da carta de confirmação junto aos assessores jurídicos internos da Companhia e avaliação da classificação das probabilidades de perda de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, comparando com os registros extracontábeis; (iii) teste de aderência entre as informações contábeis registradas e divulgadas em nota explicativas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as informações contábeis de provisão para contingência e seus reflexos nas demonstrações contábeis, bem como suas respectivas divulgações apresentadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito em “Base para Abstenção de Opinião” essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzida sob a nossa responsabilidade, cuja opinião em 26 de março de 2025, não continha ressalva. Constou de parágrafo de ênfase sobre os mesmos assuntos descritos em “concessão onerosa” e “partes relacionadas”, e ajustes de exercícios anteriores.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026.

Luiz Carlos Soares da Silva
Contador CRC 1SP-228.054/O-4

Conatus Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-037.537/O-1

SÃO PAULO TURISMO S/A

Companhia Aberta

CNPJ 62.002.886/0001-60

**Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025
e Relatório dos Auditores Independentes**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

OMAR CASSIM NETO

Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho

ANTONIO CARLOS CARUSO

ALMINO MONTEIRO ALVARES AFFONSO

FERNANDO BARRANCOS CHUCRE

GABRIELA SOARES PEDERCINI

JOÃO PAULO DE BRITO

SAULO CHRISTIAN DA COSTA LIMA

DIRETORIA

MARCELO VIEIRA SALLES

Diretor Presidente

RAFAEL CARVALHO DA LAVRA

Diretor de Representação dos Empregados

RODRIGO KLUSKA ROSA

Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

CONSELHO FISCAL

EDUARDO NORDSKOG DUARTE

ISABELLA FARAH COSTA

PATRICIA DI DONATO FIRMINO

JOSE CARLOS PALACIOS MUNOZ

THIAGO RUBIO SALVIONI

Contador

FABIO DE ANDRADE CARDOSO

Contador – CRCCT n.º 1SP 270547/O-9

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025, E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

CONTEÚDO

Relatório da Administração	10
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações dos resultados	16
Demonstrações dos resultados abrangentes	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa	19
Demonstrações do valor adicionado	20
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	21
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	49
Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário	51
Parecer do Conselho de Administração	54
Parecer do Conselho Fiscal	56

SÃO PAULO TURISMO S/A

Companhia Aberta

CNPJ: 62.002.886/0001-60

**Relatório da Administração
2025**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da São Paulo Turismo S.A. ("Companhia" e/ou "Spturis"), em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes divulgados nas Demonstrações Financeiras do período de 12 (doze) meses encerrado em 31 de dezembro de 2025, contidas no Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP).

Empresa Estatal Independente

Durante o exercício de 2024, após 03 (três) anos, de resultados positivos e sem nenhum pedido de subvenção, a Companhia, por meio de Processo SEI 7210.2024/0003213-9, formalizou o pedido de exclusão da dependência e, com a aprovação dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Fazenda (SF), a SPTURIS voltou a ser independente a partir do exercício de 2025.

Governança Corporativa

A Companhia informa aos investidores as práticas que adota em relação aos padrões de governança corporativa em modelo de divulgação determinado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e no "Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Aberta", em atendimento à Resolução CVM nº 80/22.

Desempenho

A receita com a prestação de serviços públicos (Eventos), concentra-se no planejamento, organização e administração de eventos para a Prefeitura do Município de São Paulo.

No setor privado, (Anhembi), refere-se à apropriação de receita com outorga da concessão do Complexo Anhembi para a SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.

O quadro abaixo mostra o **faturamento de serviços prestados e concessão do Complexo Anhembi** até 31 de dezembro de 2025, comparado a 2024, em R\$ mil.

	DEZ/25	DEZ/24	Var. %
(+) EVENTOS / PMSP	580.612	716.437	-19%
(+) ANHEMBI (a)	33.422	13.393	150%
(=) RECEITA OPERACIONAL (b)	614.034	729.830	-16%

Variações relevantes:

- O aumento da Receita com a Concessão (Anhembi), refere-se ao reconhecimento do valor de Outorga Variável junto à GL Events. Em maio de 2024, foi entregue a reforma do Pavilhão de Exposições do Complexo Anhembi, dessa forma, houve um aumento significativo do número de eventos e exposições, que proporcionou um aumento da Receita com Outorga Variável.

- b) A redução na “Receita Operacional” decorreu devido a uma diminuição no volume dos eventos ocorridos durante o ano de 2025, na Cidade de São Paulo. Também ocasionado pela redução da taxa administrativa cobrada pela Companhia, para 5%.

O quadro abaixo mostra o **fluxo de caixa** até dezembro no comparativo de 2025 e 2024 (em R\$ mil).

Descrição	Anual / Acumulado		
	dez/25	dez/24	Variação
1. TOTAL ENTRADAS	567.157	612.340	-7%
1.1 Anhembi	22.584	17.210	31%
1.2 Restituição INSS Retido (a)	12.557	-	100%
1.3 Eventos / PMSP (b)	532.016	595.130	-11%
2. TOTAL SAÍDAS	588.784	579.089	2%
2.1 Pessoal (c)	36.838	45.713	-19%
2.2 Serviços Públicos	1.808	929	95%
2.3 Tributos/ Parcelamento	23.657	27.824	-15%
2.4 Fornecedores/ Outras	526.481	504.623	4%
RESULTADO	-21.627	33.251	-165%

- a) A Restituição, foi decorrente do pedido de restituição de valores de INSS retidos sobre emissão de notas fiscais, e recebidos, junto à Receita Federal do Brasil.
- b) A Redução de 11%, diminuição da quantidade de eventos, devido a diminuição das taxas de administração cobradas pela Companhia.
- c) A diminuição de 19%, ocorreu devido a reestruturação administrativa da Companhia, durante o ano de 2025, com a redução da Folha de Pagamento.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, durante o exercício de 2025, os Auditores Independentes, Conatus Auditores Independentes S/S, prestaram à Companhia exclusivamente os serviços de auditoria para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Relações com os Investidores

A Companhia disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo <http://www.spturis.com/v7/investidores.php>, boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como por meio de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-2226-0670, e-mail: rodrigokluska@spturis.com).

Ações de Racionalização e Eficiência Administrativa da Companhia

Em atendimento ao Ato DPR 026/2025, do dia 21/07/2025, com vigência a partir de 01/08/2025, a Companhia adotou os seguintes procedimentos:

1. Renegociação de pelo menos 5% no valor dos contratos de custeio e operação da empresa (fornecedores internos e de eventos) - redução de aproximadamente R\$ 20 milhões/ano);
2. Redução do quadro de empregados (demissão de 9 empregados); - redução estimada de R\$ 150 mil/mês ou R\$ 2 milhões/ano na Folha de Pagamentos.
3. Destituição de 04 Diretores da Companhia que passou a ser composta por 03 diretorias, sendo: i) Presidência; ii) Diretoria de Gestão e de Relações com Investidores e; iii) Diretoria de Representação dos Empregados. Os 4 até então diretores, passaram ao cargo de Gerente. (redução potencial de R\$ 116 mil/mês ou R\$ 1,4 milhão/ano); e
4. Estabelecer o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) para a Taxa de Administração a ser cobrada sobre o custo total de cada evento promovido ou operacionalizado pela Companhia, a qual deverá incidir sobre a somatória dos valores individuais de todos os itens envolvidos para a realização do evento, conforme previamente aprovados em ordem de serviço pela contratante. Ficam excluídos da base de cálculo da taxa os produtos e serviços entregues diretamente pela SPTuris, por meio de pessoal próprio, tais como “produção”, “planejamento” e “concepção”. (conforme Ato DPR nº 45/2024, vigente).

Estimativa total de redução de custos anual: R\$ 23,4 milhões ou R\$ 1,95 milhão/mês.

Considerações finais

A Companhia segue firme no aprimoramento dos seus controles e processos, investindo na melhoria contínua de suas atividades e resultados, visando sempre manter o equilíbrio das suas finanças, com projeções e boas perspectivas de atingimento de objetivos.

A previsão é que a Companhia seguirá dinâmica e atuante, com os novos eventos que está trazendo para a Cidade São Paulo e o aprimoramento dos seus processos e governança.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo alinhamento, empenho e talento, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 25 de março de 2026

A Administração

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	5	69.630	91.089
Contas a receber de clientes	6	44.567	74.495
Tributos a recuperar	7	92.577	181.858
Despesas antecipadas		4.281	4.446
Outros valores a receber		16.898	395
Total circulante		227.953	352.283
Não circulante			
Realizável a longo prazo	16	2.430	3.464
Clientes	6	43.271	-
Propriedades para Investimento	8	193.003	195.777
Tributos a Recuperar	7	104.917	-
Imobilizado	9	763	781
Intangível	10	2.510	4.129
Total não circulante		346.894	204.151
Ativo total		574.847	556.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	19.827	43.014
Obrigações trabalhistas	12	7.727	7.945
Obrigações tributárias	13	48.811	18.488
Arrendamentos	14	1.956	1.533
Recursos Carnaval futuro		256	256
Empresas municipais		87	136
Adiantamentos de clientes	15	5.730	2.150
Receita diferida ISS/IPTU	13	2.017	2.017
Subvenções	17	838	840
Total circulante		87.249	76.379
Não circulante			
Obrigações tributárias	13	118.456	120.137
Arrendamentos	14	772	2.824
Provisões para contingências	16	16.937	40.616
Adiantamentos de clientes	15	44.485	46.276
Receita diferida – ISS/IPTU	13	14.941	16.958
Subvenções	17	7.994	8.831
Total não circulante		203.585	235.642
Patrimônio líquido	18		
Capital social		246.149	246.149
Reserva de reavaliação		110.948	111.803
Prejuízos acumulados		(73.084)	(113.539)
Total do PL		284.013	244.413
Total do passivo e do patrimônio líquido		574.847	556.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de prestação de serviços	19	570.113	726.361
Custo dos serviços prestados	20.1	(492.681)	(546.554)
Resultado bruto		77.432	179.807
Despesas operacionais		(46.314)	(34.064)
Despesas administrativas	20.2	(48.799)	(42.711)
Outras receitas operacionais		2.485	8.647
Resultado operacional antes do resultado financeiro		31.118	145.743
Resultado Financeiro			
Receitas (Despesas) financeiras, líquidas	21	15.495	(3.510)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		46.613	142.233
Imposto de Renda e Contribuição Social	22	(7.400)	8.002
Lucro Líquido dos exercícios		39.213	150.235
Lucro por ação (Em reais)	24	4,59	17,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido dos exercícios	<u>39.213</u>	<u>150.235</u>
Outros resultados abrangentes		
Realização da reserva de reavaliação	1.242	2.224
Tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	<u>(387)</u>	<u>(445)</u>
	855	1.779
Resultado abrangente do exercício	<u>40.068</u>	<u>152.014</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio
Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023	246.149	113.582	(279.189)	80.542
Realização da reserva de reavaliação	-	(2.224)	2.224	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	445	-	445
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	13.191	13.191
Lucro líquido do exercício	-	-	150.235	150.235
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	246.149	111.803	(113.539)	244.413
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.242)	1.242	-
Realização de tributos sobre reserva de reavaliação	-	387	-	387
Lucro líquido do exercício	-	-	39.213	39.213
Saldos finais em 31 de dezembro de 2025	246.149	110.948	(73.084)	284.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades operacionais	34.609	160.771
Lucro líquido dos exercícios	39.213	150.235
Ajustes – itens que não afetam o caixa:	(4.607)	10.536
Depreciação e amortização	4.456	7.255
Resultado de baixa de ativo imobilizado e intangível	4.464	-
Realização de subvenção em imobilizado	(837)	(839)
Juros e variações monetárias	13.464	13.478
Receita diferida realizada	(2.403)	685
Provisões para contingências	(23.679)	(10.564)
Provisão de férias	(72)	521
Variações nos ativos e passivos	(49.927)	(126.095)
Clientes	(13.344)	617
Despesas antecipadas	165	166
Tributos a recuperar	(15.636)	(65.456)
Depósitos judiciais	1.034	(360)
Concessão Complexo Anhembi	(16.502)	(278)
Fornecedores	(23.187)	(183)
Obrigações tributárias	15.565	(59.280)
Obrigações trabalhistas	(145)	302
Adiantamentos de clientes	(1.558)	(1.670)
Recursos Federais Pac	(2)	-
Recursos municipais – Eventos	3.434	-
Outros passivos	249	47
Recursos líquidos originados (aplicados) em atividades operacionais	(15.321)	34.676
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) / baixa de ativo imobilizado	(4.494)	(262)
(Aquisição) / baixa de ativo intangível	(15)	(1.861)
Recursos líquidos aplicado em atividades de investimento	(4.509)	(2.123)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) passivo de arrendamento	(1.629)	530
Recursos líquido originado em atividades de financiamento	(1.629)	530
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(21.459)	33.083
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	91.089	58.006
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	69.630	91.089
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(21.459)	33.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações do Valor Adicionado
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	614.034	729.830
Outras Receitas	2.484	8.647
Receitas Canceladas	(67)	(610)
	616.451	737.867
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(276.070)	(283.233)
	(276.070)	(283.233)
Valor Adicionado Bruto	340.381	454.634
Retenções		
Depreciação e amortização	(4.456)	(7.583)
	(4.456)	(7.583)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	335.925	447.051
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	35.591	8.355
	35.591	8.355
Valor Adicionado Total a Distribuir	371.516	455.406
Distribuição do Valor Adicionado	371.516	455.406
Remuneração do trabalho	17.381	41.877
Remuneração (consumo) dos Governos	80.227	17.151
Federal	61.820	5.493
Estadual	9	6
Municipal	18.398	11.652
Impostos municipais	18.398	11.652
Remuneração de capitais de terceiros	234.695	246.143
Lucros (prejuízos) dos acionistas	39.213	150.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTuris”), com sede na Rua Boa Vista, 280, 16º andar, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos de pequeno, médio e grande porte, carnaval, congressos e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia aprovou em 25 de março de 2026 as presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2026.

1.1. Empresa Estatal Independente

Durante o exercício de 2024, após 03 (três) anos, de resultados positivos e sem nenhum pedido de subvenção, a Companhia, por meio de Processo SEI 7210.2024/0003213-9, formalizou o pedido de exclusão da dependência e, com a aprovação dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Fazenda (SF), a SPTURIS voltou a ser independente a partir do exercício de 2025.

1.2. Concessão Complexo Anhembi

Em 14 de janeiro de 2021 foi homologado o procedimento licitatório promovido pela “Concorrência Internacional nº 001/20”, o qual adjudicou a concessão do “Complexo Anhembi” à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e o Interveniente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$ 53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022.

A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$ 12.783 mil – valor atualizado anualmente pela variação do IPCA, na data base do

contrato, e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária.

A assinatura da “ORDEM DE INÍCIO” ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária.

Os bens vinculados à Concessão são reversíveis para a SPTuris, ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

Os autos do processo licitatório da Concessão constam do processo SEI Nº 7210.2020/0000956-3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das suas atividades, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração da Companhia declara e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados a valor justo.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas, seguindo as orientações do **Ofício-Circular/Anual-2026-CVM/SEP de 26 de fevereiro de 2026**.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos de cálculos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do exercício social anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

a) Moeda funcional – As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- A receita referente à Outorga do Complexo do Anhembi é reconhecida de forma linear durante a vigência do contrato, e os valores contingentes são reconhecidos conforme se tornem exigíveis;
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”);

c) Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, propriedade para investimentos, receita diferida, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Assim como neste exercício de 2025, bem como durante o exercício de 2024, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

e) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor justo, com objetivo de atender a compromissos de curto prazo e limites utilizados de conta garantida;

f) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

g) Propriedade para investimento – Inclui os ativos cujo direito de uso foi cedido por 30 (trinta) anos do âmbito do Contrato de Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi. A Companhia adota o método do custo. Os terrenos foram reavaliados na data base 10/2006. Edifícios, benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos também foram reavaliados na data base de 10/2006 e, a partir desta, são incorporados pelo custo de aquisição. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 8;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “impairment” -: O saldo de imobilizado, outros ativos e propriedade para investimentos serão revistos anualmente ou durante o ano, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Intangível – A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos de terceiros.

Os ativos arrendados são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamento de ativos de baixo valor e
- Arrendamento com duração igual ou inferior a 12 meses.

São inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescidos por:

- Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; e

- Custos diretos incorridos iniciais.

Os ativos arrendados são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento;

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebeu antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. Os contratos de serviços/locações, a partir da concessão, foram repassados à Concessionária;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Arrendamento – Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita do contrato. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros/reajustes cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados;

n) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, Resolução CVM nº 72/22 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

o) Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na

medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados.

p) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

q) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

r) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2025, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

Alterações de novas normas que estão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025.

Norma	Descrição	Vigência
Resolução CVM nº 223 OCPC 10	Crédito de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO): Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente visa a reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A orientação técnica que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2025 não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 7 OCPC 40	Divulgação de instrumentos financeiros: Apresentado novos requisitos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimos; (iii) volume de riscos inerentes aos contratos de energia elétrica, performados ou não, dependentes de fontes naturais.	01/01/2026 aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48)	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: Apresentado novos requisitos de divulgação relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamentos eletrônicos; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ESG); e (iii) aumento das isenções para aplicação da abordagem de uso-próprio e/ou abordagem de <i>Hedge accounting</i> em contratos de energia elétrica, que dependem de fontes naturais altamente sensíveis às oscilações climáticas.	01/01/2026 aplicação retrospectiva
IFRS 18	Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras: Esta norma substituirá a IAS 1/ CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. Introduzido 3 (três) categorias definidas para receitas e despesas: operacionais, de investimento, e de financiamento. Essa mudança visa melhorar a estrutura da demonstração de resultado, e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura aprimorada e os novos subtotais proporcionarão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. Exigência da divulgação de esclarecimentos sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, conhecidas como medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027 aplicação retrospectiva

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos Conta movimento	42	(3)
Aplicações financeiras	69.588	91.092
	69.630	91.089

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

São compostas por:

Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Cientes no País	21.887	17.928
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo) (a)	70.793	61.409
Contas a receber transferência para não circulante (b)	(48.113)	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(4.842)
	44.567	74.495
Não Circulante		
Contas a receber transferência para não circulante (b)	48.113	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.842)	-
	43.271	-
Total Circulante e Não Circulante	87.838	74.495

- (a) Refere-se principalmente ao contas a receber com as Secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo.
- (b) Valores a receber em aberto até 30/06/2025, reclassificados para o Longo Prazo.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são constituídas com base na análise individual do saldo de cada cliente, com base na posição analítica de cada título na data do balanço e em conjunto com os responsáveis pelos setores de vendas e crédito e cobrança.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquidas da estimativa de perdas, classificadas no ativo circulante estão demonstrados como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer:	38.320	33.054
Vencidos até 30 dias:	2.980	9.717
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	641	9.297
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	-	4.708
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	2.626	7.527
Vencidos há mais de 180 dias: (a)	48.113	15.034
Total:	92.680	79.337

(a) Valores referem-se, em sua maioria, com o Contas a Receber com a Prefeitura do Município de São Paulo.

Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	4.842	4.842
Aumento da provisão	-	-
Reversão de provisão	-	-
Saldos no final do exercício	4.842	4.842

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Circulante	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a compensar (a)	87.530	62.671
CSLL a compensar	4.907	8.576
INSS a compensar (b)	140	110.611
	92.577	181.858
Não Circulante		
INSS a compensar (b)	104.917	-

(a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sobre as notas fiscais e saldo negativo apurado em exercícios anteriores e neste exercício de 2025.

(b) O INSS a Compensar, diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados. Em janeiro de 2025, foi protocolado junto à Receita Federal do Brasil, a solicitação de restituição, em caixa, de valores de INSS a Recuperar, classificados no Longo Prazo, sendo reconhecido também, valores de correção pela SELIC. Até o quarto trimestre de 2025, foi recebido o montante de **R\$ 12.557**.

8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Investimentos – Propriedades para investimentos	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/12/2025	Líquido 31/12/2024
Terrenos	-	121.122	-	-	121.122	121.122
Complexo Anhembi	3,73%	170.636	(98.755)	-	71.881	74.655
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	-	-	-	-	-
Túnel de serviços	4,14%	-	-	-	-	-
Estacionamento	3,45%	-	-	-	-	-
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	-	-	-	-	-
Instalações	10%	-	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	2% a 25%	291.758	(98.755)	-	193.003	195.777

A movimentação de investimentos está demonstrada a seguir:

Investimentos - Propriedades para Investimentos	Líquido 31/12/2024	Baixas líquidas	Transferências	Adições	Depreciação	Líquido 31/12/2025
Terrenos	121.122	-	-	-	-	121.122
Complexo Anhembi	74.655	-	-	-	(2.774)	71.881
Total de Investimentos	195.777	-	-	-	(2.774)	193.003

Com base no item 53 do CPC 28 – Propriedades para Investimento – tendo em vista que não estão disponíveis mensurações no mercado de alternativas de valor justo em operações semelhantes à propriedade objeto da concessão, e que não há bases suficientemente seguras para projeções de fluxos de caixa descontados pelo fato de que a propriedade para investimento só terá seu valor justo confiável a partir da conclusão das obras da concessionária, mensuramos a propriedade para investimento utilizando o método do custo do CPC 27.

Nesse momento, não há parâmetros para que seja feita uma avaliação a valor justo.

9. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/12/2025	Líquido 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	5.900	(5.241)	-	659	669
Veículos		688	(688)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	2.134	(2.041)	-	93	99
Outros ativos fixos	20% e 10%	281	(270)	-	11	13
Total imobilizado		9.003	(8.240)	-	763	781

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Imobilizado	Líquido 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Reversão de desvalorização	Líquido 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	669	309	(60)	(259)	-	659
Móveis e Utensílios	99	5	(100)	89	-	93
Outros ativos fixos	13	-	-	(2)	-	11
Total Imobilizado	781	314	(160)	(172)	-	763

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor.

10. INTANGIVEL

	Taxas anuais amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2025	Líquido 31/12/2024
Arrendamentos	20%	7.040	(4.533)	2.507	4.129
Software	20%	15	(12)	3	-
Total				2.510	4.129

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Líquido 31/12/2024	Adição	Baixa	Depreciação	Líquido 31/12/2025
Arrendamentos	4.129	51	(175)	(1.498)	2.507
Software	-	15	-	(12)	3
Total	4.129				2.510

A adição refere-se ao prédio da nova sede, e a inclusão do aluguel do 10º Andar.

11. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	18.073	39.837
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias:	(a) 305	1.543
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a) 311	577
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a) 5	171
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a) 15	42
Vencidos há mais de 180 dias	(b) 1.118	844
Total	19.827	43.014

(a) Os valores vencidos até 30 dias são, em sua maior parte, decorrentes de procedimentos administrativos em observância da Lei das Licitações, pela qual o pagamento ao fornecedor depende, dentre outros requisitos, de sua regular situação perante o Fisco. Outros fornecedores com até 180 dias em atraso, decorrem de questões referentes à prestação dos serviços e são direcionados a processos administrativos ou à via judicial. Estes casos, em que a Companhia entende que os atrasos estão justificados, também não lhes reconhece quaisquer juros passivos.

(b) Os valores vencidos há mais de 180 dias decorrem de pendências geradas na execução dos contratos que, em sua maioria, estão sendo discutidas judicialmente.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2025	31/12/2024
Rescisões	-	1
INSS empresa	1.908	1.995
INSS retido	189	136
Férias e encargos	4.415	4.487
IRRF	789	882
FGTS	268	273
Consignações	11	29
Dissídio e encargos salariais	147	142
	7.727	7.945

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
IRPJ a recolher		2.414	-
CSLL a recolher		295	-
Parcelamento IPTU/ISS/	(a)	17.576	15.417
Impostos a recolher:			
COFINS a recolher	(b)	22.270	1.223
PIS a recolher	(b)	5.219	800
Impostos retidos		1.036	1.048
		48.810	18.488
Não circulante			
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	(a)	114.956	116.251
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação		3.500	3.886
		118.456	120.137
Total circulante e não circulante		167.266	138.625

(a) Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Saldo de R\$ 73.382 em 31/12/2025 referente a 113 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora.

Em 01/10/2021 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 17.557/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações decorrem de autuações adicionais de IPTU de 2014 a 2020. Saldo de R\$ 48.573 em 31/12/2025, referente a 69 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 60% dos juros de mora.

Em 24/11/2023 a Companhia aderiu à Transação de Débitos Municipais – TDM, regulamentada pelo Decreto nº 60.939/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essa obrigação refere-se ao IPTU do exercício de 2021. Saldo de R\$ 10.577 em 31/12/2025, referente a 95 parcelas.

O benefício obtido foi a redução de 95% da multa e 95% dos juros de mora.

Os benefícios de redução de encargos, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, caso haja inadimplência

Os parcelamentos do PPI classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	R\$ mil
2027	17.576
2028	17.576
2029	17.576
2030	17.576
2031 em diante	44.652
Total	114.956

(b) Em novembro de 2022, a SPTuris aderiu à Instrução Normativa RFB nº 2.114/2022, que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), atualizada pelos artigos vetados pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicação na Edição Extra B do DOU de 18/3/2022. Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia do COVID-19 e Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022. Esta consolida as normas sobre a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação.

A oportunidade dessa adesão contempla a aplicação da alíquota zero para os tributos de PIS/Pasep e Cofins sobre as atividades permitidas.

14. ARRENDAMENTOS

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o imóvel alugado da sede caracteriza-se como um arrendamento mercantil financeiro, tendo em vista o fato de ser um direito de uso contratado por um prazo de 60 meses e ter valor relevante.

O aumento nos arrendamentos, se deve a locação de mais um andar no imóvel alugado para uso da sede.

O valor referente ao reconhecimento inicial do direito de uso do ativo arrendado e da obrigação assumida é demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reconhecimento inicial do direito de uso		
5 anos de aluguel	-	1.861
Saldo anterior / Valor do direito de uso inicial	<u>4.129</u>	<u>3.617</u>
Adição	51	
Baixa	(175)	-
Depreciação	<u>(1.498)</u>	<u>(1.349)</u>
Saldo no Arrendamento	2.507	4.129

Arrendamento a pagar		
Saldo inicial	4.357	5.642
Juros/Reajustes incorridos	(125)	98
Pagamentos	(1.504)	(1.383)
	2.728	4.357
Circulante	1.956	1.533
Não circulante	772	2.824

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Adiantamentos de clientes	592	359
Eventos a Realizar	3.347	-
Concessão Anhembi diferida	1.791	1.791
	5.730	2.150
Não circulante		
Concessão Anhembi diferida	44.485	46.276
	44.485	46.276
Total circulante e não circulante	50.215	48.426

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos,

entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) e Resolução CVM Nº 72/22.

(a) Provisões constituídas

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	11.361	9.635
Trabalhistas	5.576	8.532
Provisão para dissídios e encargos	-	22.449
Total	16.937	40.616

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Dissídios
Saldos no final do exercício 31/12/2024	9.635	8.532	22.449
Novos processos	52	147	
Processos baixados	(649)	(3.342)	(22.449)
Alterações nos processos existentes	2.323	239	
Saldos no final do exercício 31/12/2025	11.361	5.576	-

Cíveis – O aumento mais relevante na provisão das contingências cíveis decorre de ações por prejuízos causados a expositores em razão de gotejamento ocorrido durante uma grande feira no Pavilhão de Exposições em 2016.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Provisão para dissídio e encargos – O estorno do saldo provisionado, refere-se a decisão judicial transitada em julgado, dando ganho de causa à Companhia, desobrigando do pagamento dos dissídios de acordos coletivos de trabalho de 2017 e 2018.

(b) Passivos contingentes não provisionados

Tipo de Ação	31/12/2025	31/12/2024
Ações Cíveis	47.653	23.833
Trabalhistas	2.264	4.402
	49.917	28.235

Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 2.430 (R\$ 3.464 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia acredita que a resolução destes processos judiciais classificados nas probabilidades de perdas possíveis e prováveis não produzirão efeitos significativamente diferentes aos montantes provisionados, suportados pela opinião de nossa área Jurídica.

17. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	838	840
Não circulante	7.994	8.831
Total de subvenções governamentais	8.832	9.671

Referem-se a subvenções a realizar como receitas, proporcionalmente à realização da depreciação das reformas e melhorias feitas no complexo Anhembi em razão do Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013 com o Ministério do Turismo. (Lei 11.578/2007, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 31/12/2025
Ações da PMSP	8.237.283	-	27.765	8.265.048	238.116
Ações em tesouraria	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
Saldos em 31/12/2025	8.407.877	45.022	90.995	8.543.894	246.149

A Companhia contava com cerca de 3.653 acionistas em 31/12/2025. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

b) Reserva de reavaliação

Movimentação da reserva de reavaliação e tributos	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2024	115.573	(3.770)	111.803
Realização da reserva de reavaliação	(1.242)	-	(1.242)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	387	387
Saldo em 31/12/2025	114.331	(3.383)	110.948

19. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas brutas, antes da dedução dos impostos sobre os serviços, cancelamentos de cessões de áreas e descontos são demonstradas abaixo.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta		
Eventos	580.612	716.437
Outras receitas	416	365
Concessão Parque Anhembi (a)	33.006	13.028
Total da receita bruta	614.034	729.830
Deduções da Receita Bruta		
Impostos		
(-) COFINS	(36.138)	(2.150)
(-) PIS	(7.715)	(709)
Total de impostos	(43.853)	(2.859)
Outras deduções da receita	(68)	(610)
Total de deduções	(43.921)	(3.469)
Receita líquida	570.113	726.361

(a) O aumento da receita com a Concessão Parque Anhembi, além dos valores habituais da Outorga Fixa, ocorreu pelo reconhecimento, em dezembro/25, dos valores da Outorga Variável, calculadas no percentual de 12,5% sobre o faturamento bruto da Concessionária GL Events, conforme acordado e descrito no Item 1.2.

20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

20.1 Custos das atividades operacionais

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços prestados	(471.410)	(516.579)
Mão de obra direta	(19.837)	(25.788)
Depreciação	(1.434)	(4.187)
	(492.681)	(546.554)

20.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações, encargos sociais e benefícios	(30.417)	(36.420)
Utilidades e serviços	(363)	(351)
Honorários	(798)	(1.131)
Manutenções e locações	(13.062)	(3.831)
Consultoria e Assessoria	(18.641)	(3.751)
Despesas gerais	(7.158)	(5.773)
Propaganda e publicidade	(72)	(86)
Tributos, taxas e contribuições	(132)	(439)
Depreciações e amortizações	(1.829)	(1.720)
Provisões e reversões de provisões	23.673	10.791
	(48.799)	(42.711)

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2025	31/12/2024
Perdas com contas a receber	7	(4.133)
Juros sobre impostos a compensar	25.248	-
Variações monetárias e juros passivos	(17.396)	(11.070)
Receitas de aplicações financeiras	6.454	7.219
Multas	(2.156)	(293)
Receita diferida realizada	3.804	4.596
Outras despesas e receitas financeiras	(466)	171
	15.495	(3.510)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IR e CSLL	32.010	74.859
Despesa não dedutíveis	977	513
Provisões não dedutíveis	-	(4.185)
Realização da reserva de reavaliação	281	375
Outras adições	1.611	2.907
Outras adições (CSLL)	-	-
Exclusões	(26.521)	-
Compensação de prejuízos acumulados	(1.372)	(22.341)
Compensação de prejuízos acumulados (CSLL)	(1.336)	(22.311)
IR e CSLL efetivos	(1.152)	(8.001)
Taxa efetiva	3,86%	0%

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- Setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo.
- Setor privado, onde é explorada a locação do Auditório Bruno Covas, localizado no 11º andar da Sede Administrativa da SPTuris, sito à Rua Boa Vista, 280 – Centro – SP, para realização de eventos de qualquer espécie, bem como a receita da outorga variável, referente à Concessão do Complexo Anhembi para a empresa GL Events.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31/12/2025 e 31/12/2024:

Demonstração de Resultados de 2025			
	Público	Privado	Total
Receita líquida	536.691	33.422	570.113
Custos variáveis e fixos	(492.681)	-	(492.681)
Lucro bruto (antes das subvenções)	44.010	33.422	77.432
Subvenções municipais	-	-	-
Lucro bruto (após subvenções)	44.011	33.422	77.432
Despesas administrativas			(48.799)
Outras receitas operacionais			2.485
Resultado financeiro			15.495
Imposto de Renda e Contribuição Social			(7.400)
Lucro líquido			39.213

Demonstração de Resultados de 2024			
	Público	Privado	Total
Receita líquida	712.968	13.393	726.361
Custos variáveis e fixos	(546.554)	-	(546.554)
Lucro bruto (antes das subvenções)	166.414	13.393	179.807
Subvenções municipais	-	-	-
Lucro bruto (após subvenções)	166.414	13.393	179.807
Despesas administrativas			(42.711)
Outras receitas operacionais			8.647
Resultado financeiro			(3.510)
Imposto de Renda e Contribuição Social			8.002
Lucro líquido			150.235

24. LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Lucro no exercício atribuível às ações ordinárias em circulação	764	2.928
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada do número de ações em circulação	166.554	166.554
Lucro líquido por ação básico no exercício	4,59	17,58

25. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância assegurada	
		31/12/2025	31/12/2024
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	16.854	16.754

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 estão identificados a seguir:

	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	42	-	42
Aplicações financeiras	-	69.588	69.588
Contas a receber e clientes	87.839	-	87.839
Impostos a recuperar	197.494	-	197.494
Outorga Variável	16.695	-	16.695
Outras contas a receber	203	-	203
	302.273	69.588	371.861

Passivos

Fornecedores	19.827	-	19.827
Obrigações trabalhistas	7.727	-	7.727
Obrigações tributárias	167.266	-	167.266
Arrendamentos	2.728	-	2.728
	197.548	-	197.548

b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) e Contas a receber (nota explicativa nº 6). A Companhia em 31 de dezembro de 2025 tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados nas notas explicativas nº 11 a 17, respectivamente. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	19.827	19.827	19.827	-	-	-
Trabalhistas e Tributárias	174.993	174.993	56.925	17.963	53.889	46.216
Arrendamentos	2.728	2.728	1.956	583	189	-
Provisões para contingências	16.937	16.937	-	16.937	-	-
Total	214.485	214.485	78.708	35.483	54.078	46.216

d) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de "Caixa e equivalente de caixa". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2025 é R\$ 69.630.

e) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

27. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração, na média de 5%, e impostos. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	70.793	61.409
	70.793	61.409
Passivos		
Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar (Repasse)	256	256
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	17.576	15.417
SPTrans	-	137
	17.832	15.810
Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	114.956	116.251
	114.956	116.251
	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta de eventos	580.612	716.437
Deduções da receita	(39.096)	(1.669)
Receita líquida	541.516	714.768
Custos variáveis e fixos	(485.079)	(533.080)
Lucro bruto	56.437	181.688
Receitas com Prestações Serviços com Partes Relacionadas	31/12/2025	31/12/2024
Câmara Municipal de São Paulo	2.340	181
Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Mun. de São Paulo	13	-
Fundo Municipal de Saúde	11.107	10.671
São Paulo Parcerias S.A.	6	7
Secretaria de Governo Municipal	83.869	195.228
Secretaria de Turismo	15.619	7.475
Secretaria Especial de Relações Institucionais	-	(16)
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	6.075	3.080
Secretaria Municipal das Subprefeituras	-	1.259
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	47.414	52.073

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa	62.689	84.413
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	2.776	-
Secretaria Municipal de Educação	16.067	9.480
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	330.903	350.907
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	1.734	1.679
TOTAL	580.612	716.437

28. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os Diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia em 2025 foi de R\$ 2.294, e no ano de 2024 foi de R\$ 3.020. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Durante o Exercício de 2025, houve alteração na estrutura, com a diminuição de diretorias da Companhia.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2026 foram veiculadas, na imprensa, notícias relativas às suspeitas de conflito de interesses, favorecimento e irregularidades na contratação de serviços prestados por determinado prestador de serviço da Companhia, o que é objeto de apuração interna.

Frente à estas notícias a nova Administração da Companhia, que assumiu em março de 2026, determinou a imediata adoção de medidas para fins de saneamento e fiscalização dos contratos relacionados a este fornecedor, mediante processo interno, com o levantamento preliminar e a análise de conformidade documental dos processos de medição deste fornecedor. No âmbito da referida auditoria, estão sendo realizados, entre outros, as seguintes verificações:

- Análise da regularidade formal e documental dos processos de medição;
- Verificação da aderência entre os serviços efetivamente executados e aqueles registrados nas medições apresentadas;
- Exame da correspondência entre medições, atestes, notas fiscais emitidas e eventuais pagamentos realizados, de modo a verificar a regularidade da cadeia de liquidação da despesa;
- Avaliação da observância das disposições contratuais, normativas e administrativas aplicáveis aos processos de medição e pagamento.

Existem outros procedimentos apuratórios instaurados pela Controladoria Geral do Município – CGM, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM.

Os procedimentos apuratórios estão em andamento, em fase inicial (recém-inaugurados), devendo-se aguardar a instrução dos feitos, destacando-se, de todo modo, que, até a presente data, não há elementos que demandem ajuste dos saldos ou reconhecimento de provisão nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Eventuais desdobramentos futuros dessas apurações serão acompanhados e avaliados tempestivamente, para fins de divulgação e/ou reconhecimento contábil, conforme aplicável.

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 25 de março de 2026, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações financeiras.

Não temos conhecimento de eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de janeiro de 2026 e 25 de março de 2026, além dos que já estão reportados nestas demonstrações financeiras, segundo nosso melhor entendimento.

30. OUTROS ASSUNTOS

Alteração na Diretoria Executiva

Em Publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, em 26 de fevereiro de 2026, e Ata de Reunião do Conselho de Administração, em 27 fevereiro de 2026, com continuidade no dia 02 de março de 2026, foi aprovada a alteração na Presidência da Companhia, com a destituição a pedido do Sr. Gustavo Garcia Pires, e a nomeação ao cargo de Diretor Presidente, o Sr. Marcelo Vieira Salles. Alteração efetuada no Formulário de Referência da CVM, Versão 6 de 2025.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC ") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras

previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026

DATA E LOCAL: 25 de março de 2026, às 12h00, de forma presencial, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Participaram os membros da Diretoria Executiva, Srs. Marcelo Vieira Salles – Diretor Presidente, Daniel Oshiro Viana – Gerente Executivo de Inovação, Marketing e Parcerias, Felipe Américo Pita – Gerente Executivo de Eventos e Turismo, Thalita Abdala Aris – Gerente Executiva Jurídica e de Conformidade, Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados, Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relações com Investidores e Sandro Augusto Cuoghi – Gerente Executivo de Estruturação de Negócios.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva segundo o quórum legal.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Marcelo Vieira Salles. Secretária, Simone Cristina da Silva.

ORDEM DO DIA: Examinar e aprovar a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Marcelo Vieira Salles, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item único da Ordem do Dia da presente reunião.

Na sequência, o Presidente da Mesa colocou em votação o item único da Ordem do Dia, disponibilizando para exame e apreciação de todos os Diretores presentes a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025.

Tendo achado os documentos examinados em conformidade com os requisitos técnicos aplicáveis, refletindo, por consequência, a situação econômico-financeira, operacional e administrativa da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2025, **a unanimidade dos membros da Diretoria da Companhia aprovaram, na íntegra e sem quaisquer ressalvas, a versão final das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025**, pelo que assinaram referidas Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras, que permanecerão arquivados na sede da Companhia.

Na sequência, a Diretoria recomendou que os documentos referentes às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo 31/12/2025 sejam submetidos (a) ao exame apreciação do Conselho de Administração, para manifestação, nos termos do art. 142, V, da Lei nº 6.404/76, (b) ao exame e apreciação do Conselho Fiscal, para que este possa emitir o seu parecer, nos termos do art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76 e, após, (c) sejam os referidos documentos colocados à disposição dos acionistas para posterior exame e deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de

sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 25 de março de 2026.

(todos com assinatura eletrônica)

MARCELO VIEIRA SALLES - Diretor Presidente

RODRIGO KLUSKA ROSA - Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

RAFAEL CARVALHO DA LAVRA - Diretor de Representação dos Empregados

SIMONE CRISTINA DA SILVA - Secretária de Governança Corporativa

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026

DATA E LOCAL: 25 de março de 2026, às 12h00, de forma presencial, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Participaram os membros da Diretoria Executiva, Srs. Marcelo Vieira Salles – Diretor Presidente, Daniel Oshiro Viana – Gerente Executivo de Inovação, Marketing e Parcerias, Felipe Américo Pita – Gerente Executivo de Eventos e Turismo, Thalita Abdala Aris – Gerente Executiva Jurídica e de Conformidade, Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados, Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relações com Investidores e Sandro Augusto Cuoghi – Gerente Executivo de Estruturação de Negócios.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião da Diretoria Executiva segundo o quórum legal.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Marcelo Vieira Salles. Secretária, Simone Cristina da Silva.

ORDEM DO DIA: Examinar e aprovar a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Diretor Presidente, Sr. Marcelo Vieira Salles, saudou os presentes e agradeceu a presença dos demais Diretores para discussão acerca do item único da Ordem do Dia da presente reunião.

Na sequência, o Presidente da Mesa colocou em votação o item único da Ordem do Dia, disponibilizando para exame e apreciação de todos os Diretores presentes a versão final das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025.

Tendo achado os documentos examinados em conformidade com os requisitos técnicos aplicáveis, refletindo, por consequência, a situação econômico-financeira, operacional e administrativa da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2025, **a unanimidade dos membros da Diretoria da Companhia aprovaram, na íntegra e sem quaisquer ressalvas, a versão final das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025**, pelo que assinaram referidas Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras, que permanecerão arquivados na sede da Companhia.

Na sequência, a Diretoria recomendou que os documentos referentes às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo 31/12/2025 sejam submetidos (a) ao exame apreciação do Conselho de Administração, para manifestação, nos termos do art. 142, V, da Lei nº 6.404/76, (b) ao exame e apreciação do Conselho Fiscal, para que este possa emitir o seu parecer, nos termos do art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.404/76 e, após, (c) sejam os referidos documentos colocados à disposição dos acionistas para posterior exame e deliberação em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de

sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 25 de março de 2026.

(todos com assinatura eletrônica)

MARCELO VIEIRA SALLES - Diretor Presidente

RODRIGO KLUSKA ROSA - Diretor de Gestão e de Relação com Investidores

RAFAEL CARVALHO DA LAVRA - Diretor de Representação dos Empregados

SIMONE CRISTINA DA SILVA - Secretária de Governança Corporativa

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DA 2ª REUNIÃO - 2026 - DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2026

DATA, HORA E LOCAL : 25 de março de 2026, às 17:00h, por videoconferência, via *Microsoft Teams*.

PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Geraldo Affonso e Sr. André Castro Carvalho. Ausente de forma justificada: o Sr. Jonathan Mazon.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Membros do CAE, Sr. Geraldo Affonso e Sr. André Castro Carvalho, e como Secretária, Sra. Simone Cristina da Silva.

ORDEM DO DIA: Tomar conhecimento do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e manifestação ao Conselho de Administração.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Os membros deste Comitê tomaram conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada nesta data, e do Relatório da Conatus Auditores Independentes S.S., com opinião sem modificação, contendo parágrafos de ênfase e principais assuntos de auditoria relevantes, emitido em 25 de março de 2026.

Após análise desses documentos, observados registros dos membros do CAE nas atas das reuniões anteriores acima citadas, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário apontaram que, mesmo com a necessidade da continuidade de melhoria para adequação ao porte e complexidade das operações, conforme recomendações registradas em atas de reuniões anteriores do CAE, e sumarizadas em nosso relatório anual, estes, em termos de processos contábeis, conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras da SPTuris para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, pelo que recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Sem prejuízo da recomendação de aprovação, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário registram as seguintes observações e recomendações ao Conselho de Administração, a serem consideradas na gestão do exercício de 2026:

I. Observações sobre o desempenho e a posição financeira do exercício de 2025

O Comitê de Auditoria Estatutário, em sua apreciação das Demonstrações Financeiras de 2025, registra os seguintes pontos de atenção junto ao Conselho:

Relevante queda de receita e forte compressão da rentabilidade no exercício; Geração operacional de caixa negativa, em contraste com a manutenção de lucro contábil; Liquidez dependente, em medida relevante, de créditos tributários e contas a receber, reduzindo a qualidade financeira do ativo;

Elevação de despesas administrativas em rubricas que recomendam maior detalhamento e escrutínio;

Necessidade de avaliação cautelosa da suficiência de provisões, contingências e divulgações contábeis, à luz dos fatos subsequentes; e

Superveniência de apurações externas e internas sobre contratações, medições, atestes, faturamento e pagamentos, com potencial impacto financeiro, operacional, reputacional e de controles internos.

II. Recomendações específicas ao Conselho de Administração

Com base no exame das Demonstrações Financeiras de 2025 e do parecer dos auditores independentes, o Comitê também formula as seguintes recomendações:

1. Apurações em curso: monitoramento e avaliação de impacto contábil. Os auditores independentes emitiram parágrafo de ênfase sobre os procedimentos apuratórios instaurados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, pela Controladoria-Geral do Município e pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo. O parecer afirma expressamente que "não podemos assegurar, até a presente data, a existência ou não de efeitos que possam resultar em alterações significativas nessas demonstrações contábeis". O Comitê recomenda que o Conselho: (i) receba atualizações periódicas sobre o andamento das apurações internas e externas; (ii) assegure comunicação tempestiva de qualquer fato novo relevante; e (iii) oriente a Administração a reavaliar, à medida que as investigações avançarem, a suficiência das provisões e a completude das divulgações em notas explicativas, inclusive quanto à eventual necessidade de ajuste de saldos ou constituição de provisão adicional, observando potencial impacto financeiro, operacional, reputacional e de controles internos.

2. Qualidade do resultado contábil e realizabilidade de ativos relevantes. O exercício registrou lucro líquido de R\$ 39,2 milhões, mas geração operacional de caixa negativa em R\$ 15,3 milhões. A divergência decorre, em parte relevante, de efeitos não recorrentes e não caixa, notadamente: (a) a reversão de R\$ 22,4 milhões em provisões para dissídios trabalhistas, decorrente de decisão transitada em julgado favorável à Companhia (Nota 16a); e (b) o reconhecimento de receitas financeiras associadas à atualização, pela SELIC, de créditos tributários, em contexto no qual a Companhia passou a apresentar R\$ 104,9 milhões de INSS a compensar no Ativo Não Circulante, cuja restituição foi solicitada à Receita Federal do Brasil em janeiro de 2025 (Nota 7b). Até dezembro de 2025 foram recebidos R\$ 12,6 milhões. O Comitê recomenda que a Administração: (i) apresente ao Conselho relatório periódico sobre o andamento do processo de restituição do INSS perante a RFB, incluindo valores homologados, valores recebidos, saldo remanescente, riscos de glosa e prazo estimado de realização; e (ii) ao avaliar o desempenho do exercício, apresente visão do resultado recorrente, segregando eventos extraordinários e efeitos relevantes de atualização de créditos tributários.

3. Despesas administrativas: detalhamento de contratos de consultoria e manutenção. As despesas com Consultoria e Assessoria cresceram 397% no exercício (de R\$ 3,8 milhões para R\$ 18,6 milhões), e as de Manutenções e Locações cresceram 241% (de R\$ 3,8 milhões para R\$ 13,1 milhões), ambas em sentido contrário à queda de 21% na receita. Dado que as apurações em curso envolvem a cadeia de contratação, medição e liquidação de despesas com fornecedores, o Comitê recomenda que a Administração apresente ao Conselho relação detalhada dos contratos que compõem essas rubricas, com identificação dos prestadores, fundamento para dispensa ou modalidade licitatória adotada, e forma de medição e ateste dos serviços.

4. Contingências possíveis: reavaliação à luz das apurações. Os passivos contingentes classificados como de perda possível, e portanto não provisionados, cresceram de R\$ 28,2 milhões para R\$ 49,9 milhões, com elevação de aproximadamente 100% na esfera cível. O Comitê recomenda que a área jurídica da Companhia esclareça ao Conselho a natureza dessa carteira, verificando se algum processo deve ser reclassificado de "possível" para "provável" e, nesse caso, provisionado.

III. Recomendação de melhoria de governança: prazo para análise das Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria Estatutário registra, ainda, que as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 e o respectivo parecer dos auditores independentes foram disponibilizados ao Comitê em 24 de março de 2026, menos de 24 horas antes da presente reunião, o que levou a necessidade dos membros manifestarem-se em prazo insuficiente para uma análise aprofundada de documentos desta natureza e complexidade. O Comitê recomenda ao Conselho de Administração que, nos exercícios seguintes, oriente a Administração para que sejam observados os prazos razoáveis previstos, assegurando ao Comitê tempo hábil para examinar as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório dos auditores com o rigor que a função requer.

Isto posto, os membros do CAE aprovaram o “Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário sobre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025”, o qual é parte integrante desta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 25 de março de 2026.

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário:

GERALDO AFFONSO – Membro

JONATHAN MAZON – Membro

ANDRÉ CASTRO CARVALHO – Membro

SIMONE CRISTINA DA SILVA – Secretária de Governança Corporativa

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORA E LOCAL: 26 de março de 2026, às 11:00h, de forma híbrida: presencial e virtual, via *Microsoft Teams*.

PRESENCAS: Presentes os membros do Conselho de Administração, Sr. Omar Cassim Neto Presidente, Sra. Gabriela Soares Pedercini, Sr. Almino Monteiro Alvares Affonso, Sr. Antônio Carlos Caruso, Sr. Fernando Barrancos Chucre, Sr. João Paulo de Brito, e Sr. Saulo Christian da Costa Lima.

Presentes, ainda, o Membro do Conselho Fiscal, Sr. José Carlos Palácios Munoz, em atendimento ao artigo 163, §3º, da Lei 6.404/76, e o membro do Comitê de Auditoria Estatutário, Sr. Jonathan Mazon, em atendimento ao artigo 31-B, §2, da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

Presentes como convidados Sr. Rodrigo Kluska – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sra. Claudia Andréia Bemi – Gerente de Controladoria, Sr. José Maurício Linhares - Assessor da Presidência e Sr. Luiz Carlos Soares – sócio da Conatus Auditores Independentes S.S.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho de Administração por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Omar Cassim Neto. Secretária, Sra. Simone Cristina da Silva.

ORDEM DO DIA: (i) Exame e manifestação quanto ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025;

(ii) Apresentação dos resultados Econômicos e Financeiros da Companhia no mês de fevereiro de 2026 e; (iii) Outros assuntos.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Iniciada a reunião, o Presidente do Conselho, Sr. Omar Cassim Neto, saudou os membros do Conselho e demais convidados, iniciando a apreciação dos itens da Ordem do Dia.

Conforme item (i) da Ordem do dia, o Presidente do Conselho informou acerca da disponibilização prévia, para todos os Conselheiros da Administração, das versões finais do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, devidamente analisados e aprovados pela Diretoria Executiva da SPTURIS, em reunião realizada em 25/03/2026, complementados pelo Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025.

O Presidente do Conselho de Administração passou a palavra ao Sr. Luiz Carlos Soares, que apresentou os pontos relevantes do Relatório acima descrito, inclusive no que tange aos resultados positivos obtidos em 2025.

Na sequência, os demais membros do Conselho de Administração, em atendimento às suas atribuições legais e estatutárias, e, considerando, ainda, que realizaram as diligentes e detalhadas análises que julgaram necessárias, manifestaram-se, por unanimidade, favoravelmente, nos termos do art. 142, V, da Lei nº 6.404/76, e aprovaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, considerados o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, encontrando-se em boa ordem para serem remetidos para o exame e opinião dos Conselheiros Fiscais, e, posteriormente, aprovação dos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

Com relação ao item **(ii)**, o Sr. Rodrigo Kluska realizou a apresentação aos membros do Conselho de Administração das Demonstrações de Resultados da Companhia até o mês de fevereiro de 2026. Após questionamentos pertinentes, os conselheiros presentes passam a ter conhecimento do conteúdo deste documento.

Em outros assuntos, item **(iii)** da ordem do dia, os Conselheiros registraram agradecimentos ao Diretor de Gestão e de Relação com Investidores, Sr. Rodrigo Kluska, pelos serviços prestados à Companhia, reconhecendo sua dedicação, profissionalismo e as contribuições relevantes ao longo de sua atuação.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quis fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 26 de março de 2026.

Conselheiros:

(todos com assinatura eletrônica)

OMAR CASSIM NETO – Presidente

GABRIELA SOARES PEDERCINI – Conselheira

ALMINO MONTEIRO ALVARES AFFONSO - Conselheiro

ANTONIO CARLOS CARUSO – Conselheiro

FERNANDO BARRANCOS CHUCRE – Conselheiro

JOÃO PAULO DE BRITO – Conselheiro

SÃO PAULO TURISMO S.A.
CNPJ/MF nº 62.002.886/0001-60
NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: 26 de março de 2026, às 15:00h, de forma virtual, via plataforma *Microsoft Teams*.

PRESENCAS: Presentes os membros titulares do Conselho Fiscal, Sr. Thiago Rubio Salvioni Presidente, Sr. Eduardo Nordskog Duarte, Sra. Isabella Farah Costa, Sr. José Carlos Palacios Munoz e Sra. Patrícia Di Donato Firmino.
Presente, como convidado, Sr. Rodrigo Kluska Rosa – Diretor de Gestão e de Relação com Investidores.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho Fiscal por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Os Conselheiros Fiscais e a Secretária, Simone Cristina da Silva.

ORDEM DO DIA: (i) Exame e manifestação quanto ao Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025;
(ii) Outros assuntos.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Colocado em pauta o item (i), os membros do Conselho Fiscal examinaram os documentos relacionados ao exercício social encerrado em 31/12/2025, incluindo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, todos previamente aprovados pela Diretoria Executiva em 25/03/2026 e pelo Conselho de Administração em 26/03/2026.

Tendo achado os documentos examinados em conformidade com os requisitos técnicos aplicáveis, refletindo, por consequência, a situação econômico-financeira, operacional e administrativa da Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31/12/2025, **foram aprovadas, por unanimidade pelos Conselheiros presentes, a versão final das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025.**

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e sem que ninguém quisesse fazer uso da palavra, foi lavrada a ata, em forma de sumário, lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, para ser assinada pelos integrantes da mesa e registrada em livro próprio.

São Paulo, 26 de março de 2026.

Conselheiros:

(todos com assinatura eletrônica)

THIAGO RUBIO SALVIONI – Presidente

JOSÉ CARLOS PALACIOS MUNOZ – Conselheiro

ISABELLA FARAH COSTA – Conselheira

EDUARDO NORDSKOG DUARTE – Conselheiro

PATRÍCIA DI DONATO FIRMINO – Conselheira
SIMONE CRISTINA DA SILVA – Secretária

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SÃO PAULO TURISMO S/A, em reunião, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado aos 31 de dezembro de 2025, com base nos acompanhamentos realizados durante o exercício financeiro, e à vista do relatório dos auditores da Conatus Auditores Independentes S.S., são de parecer que os referidos documentos refletem a situação econômica e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2025, observados o parágrafo de ênfase, razão pela qual encaminham para aprovação na Assembleia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 26 de março de 2026.

THIAGO RUBIO SALVIONI

EDUARDO NORDSKOG DUARTE

ISABELLA FARAH COSTA

JOSÉ CARLOS PALACIOS MUNOZ

PATRÍCIA DI DONATO FIRMINO